

Coisas da política

# Guerrilha política em economia de guerra

***Luiz Orlando Carneiro***

**A**S medidas excepcionais que o Executivo está sendo obrigado a tomar para administrar a gravíssima crise econômico-financeira em curso, como a maxidesvalorização do cruzeiro, um controle mais direto dos preços e outras que estão por vir, se vão acender ainda mais os debates parlamentares, tendem, por outro lado, a favorecer eventuais entendimentos entre o Governo e a Oposição representada pelos governadores por ela eleitos, sobretudo em Estados do peso político e da importância econômica de Minas e de São Paulo.

Esta é, pelo menos, a expectativa de membros do Governo e de setores ponderáveis da classe política, para os quais a mensagem do Presidente Figueiredo ao Congresso deverá mostrar que, só através do entendimento e da negociação,

evitando a Oposição o "abuso do direito político", será possível contornar um indesejável impasse político que agravaria ainda mais uma conjuntura sócio-econômica de extrema gravidade.

Parlamentares do PDS não se cansam de lamentar o imobilismo do Governo. A seu ver, a uma semana da reabertura do Congresso, é incompreensível que o comando político do Governo não tenha tomado nenhuma iniciativa para corresponder aos acenos de alto conteúdo político de novos governadores oposicionistas como o de Minas, ou para assegurar um acordo com o PTB, cuja bancada está destinada a ser o fiel da balança na Câmara. Critica-se também a falta de uma estratégia clara para enfrentar a ofensiva cerrada oposicionista na Câmara, que se desenha através da constituição de co-

missões parlamentares de inquérito sobre assuntos tão delicados como as atividades extra-legais do SNI, ou tão polêmicos e complexos como o preço da renegociação de uma dívida externa já beirando os US\$ 100 bilhões.

Estas críticas não parecem, contudo, abalar o centro de decisões políticas do Governo que, consciente de não mais poder impor sua vontade sem negociações prévias a nível parlamentar, não perde porém de vista o fato de que a Oposição, majoritariamente representada por um novo PMDB, não tem mais apenas direitos, mas passa a ter, a partir de 15 de março, pesados deveres e encargos no governo de nove Estados da Federação.

A decisão do Presidente Figueiredo de aguardar a reabre-

tura do Congresso para o seu primeiro pronunciamento político do ano, e de só receber governadores eleitos pela Oposição depois de devidamente empossados, terá levado em conta a necessidade de solenizar o novo inter-relacionamento e o novo tipo de compromisso que devem se estabelecer no âmago da Federação.

Quando o Governador eleito do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, reclama que a desvalorização do cruzeiro significa um aumento automático da dívida externa do seu Estado em Cr\$ 53 bilhões, está reconhecendo, embora indiretamente, estar no mesmo barco comandado pelo Presidente da República, por mais a bombordo que se coloque. Quando o Governador eleito de Minas, Tancredo Neves, pede tempo para avaliar a medida adotada pelo Executivo, não pode mais pensar ape-

nas na sua situação de líder proeminente do PMDB, mas também na sua condição de governador de um Estado em que têm peso e voz os pecuaristas, para os quais o realismo cambial é um incentivo e uma expectativa de lucros maiores.

Acuado na Câmara com uma maioria que, para ser absoluta, precisaria de mais cinco cadeiras, o Governo sabe que terá pela frente um ano parlamentar muito difícil e desgastante. A maioria que lhe dá tranquilidade no Senado poderá ser mobilizada em caso de impasses, que não interessam nem ao Governo nem à classe política. A "economia de guerra" a que o país será cada vez mais submetido não evitará a guerrilha política a nível parlamentar, mas pode criar um clima propício a entendimentos de alto nível, sempre que estiverem em jogo assuntos de in-

teresse nacional relevante, envolvendo, solidariamente, o poder central e os Estados. Os que, no Governo, cultivam essa esperança acham que até uma matéria tão polêmica como a reformulação da política salarial pode vir a ser objeto de acordo. Neste caso específico, o Governo estaria disposto a negociar uma nova lei salarial em cima do decreto-lei enviado ao Congresso que, mesmo sendo rejeitado, terá produzido efeitos pelo menos até agosto, quando se calcula a matéria será votada. Até lá, os Governadores terão sentido o peso dos aumentos semestrais na folha de pagamentos do seu funcionalismo, co-gestores que não podem deixar de ser de uma "economia de guerra".

**Luiz Orlando Carneiro** é diretor das empresas do JORNAL DO BRASIL em Brasília.